

Os Impactos da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco na Região Sudeste do Paraná: o caso CEDEJOR

Lúzia Aparecida Alves
FAE Centro Universitário – Brasil

Deise Luiza da Silva Ferraz
Centro de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

Rafael Rodrigo Mueller
Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - Universidade do Extremo Sul Catarinense – Brasil

Resumo

Objetivamos analisar as ações efetuadas em uma região de cultivo do tabaco em decorrência da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, diretriz que objetiva reduzir a produção e o consumo desse produto. A região é o sudeste do Paraná que tem sua economia sustentada no Sistema Integrado de Produção, cuja empresa central é a Souza Cruz. Utilizou-se como caso de estudo o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR), uma intervenção financiada pelo Instituto Souza Cruz que visava à capacitação de jovens agricultores por meio da pedagogia da alternância. As técnicas de coleta de dados foram as entrevistas semi-estruturadas, a observação e a análise documental, os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo e, a reconstituição dos fatos permitiram compreender cada aspecto analisado à luz do movimento de totalização. O movimento do real é contraditório: a Convenção exige a redução da oferta e consumo do fumo; as ações aumentaram a área de plantio, a quantidade produzida e o número de famílias envolvidas no SIP, mas que, em médio prazo, serão excluídas desse sistema pelo aumento da qualidade da mercadoria produzida.

Palavras-chave: Convenção-Quadro para o controle do tabaco. Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural. Sistema Integrado de Produção. Pedagogia da Alternância.

The Impacts of the Framework Convention on Tobacco Control in Southeastern Paraná: the CEDEJOR case

Lúzia Aparecida Alves
FAE Centro Universitário – Brazil

Deise Luiza da Silva Ferraz
Centro de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal de Minas Gerais – Brazil

Rafael Rodrigo Mueller
Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico - Universidade do Extremo Sul Catarinense – Brazil

Abstract

We aimed to analyze the actions performed in a region of growing tobacco due to the Framework Convention on Tobacco Control, a guideline that aims to reduce the production and consumption of this product. The region is the southeastern Paraná, which has sustained its economy in the Integrated production whose central company Souza Cruz. Was used as a case study the Center for Development of Rural Youth (Cedejor), an intervention funded by Souza Cruz Institute aimed at training young farmers through the Pedagogy of Alternation. The techniques of data collection were semi-structured interviews, observation and document analysis, data were analyzed using content analysis and reconstitution of the facts allowed us to understand every aspect examined guided by movement of totality. The real movement is contradictory: the Convention requires reducing the supply and consumption of tobacco; the actions increased the planting area, the quantity produced and the number of families involved in the integrated production system (IPS), but that in the medium term, will be excluded from the system by increasing the quality of the commodities produced.

Keywords: Framework Convention on Tobacco Control. Centre for Development of Rural Youth. Integrated Production System. Pedagogy of Alternation.

1 Introdução

Considerando que a expansão do tabagismo é um problema mundial, em maio de 1999, durante a 52^a Assembleia Mundial da Saúde, os Estados Membros das Nações Unidas propuseram a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade. É a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que determina um conjunto de medidas cujo objetivo principal é deter a expansão do consumo de tabaco e seus danos à saúde. Por mais de quatro anos, representantes de 192 países trabalharam em várias redações do texto da Convenção até chegar em um documento de consenso, que foi adotado por unanimidade na 56^a Assembleia Mundial da Saúde, no mês de maio de 2003. O Brasil teve uma participação de destaque durante todo o processo de negociação do Tratado sendo, inclusive, o 2^o país a assinar o texto no 1^o dia disponível (16 de junho de 2003) para assinaturas pelos Estados Membros. Assim como o Brasil, outros países já firmaram seu compromisso de combater os efeitos insalubres causados pelo consumo de produtos derivados do tabaco¹.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco tem dois focos de ações: 1) as voltadas para a redução da demanda e 2) as voltadas para a redução da oferta. Entre as propostas do acordo, os países deveriam programar decisões para reduzirem o consumo de tabaco, tais como taxas especiais e políticas de preço, leis de proteção aos não-fumantes contra a fumaça em lugares fechados, regulação sobre os conteúdos e as emissões dos produtos do tabaco, educação e disseminação de informação sobre o tabaco, proibição de propaganda, etc. O acordo também propõe a supressão do mercado ilícito de cigarros, o fim de subsídios para sua produção, a discussão de leis para proteger o meio ambiente contra os fertilizantes usados em seu cultivo, além de colaborações técnicas e jurídicas entre os países membros. Durante o ano de 2005, o acordo foi discutido no Brasil para que o governo tomasse a decisão de aprovar ou não a sua ratificação. A discussão opôs algumas instituições organizadas do setor de saúde às associações do setor tabagista e à administração pública, sobretudo, nos estados do sul do país. Algumas regiões dos estados sulistas têm sua economia sustentada tão somente pelo cultivo do tabaco. Tal dependência determinou o largo apoio a não ratificação do acordo.

No sudeste do Paraná, as forças políticas da região intensificaram o debate junto à comunidade. Essa temia pelo futuro seu e de seus filhos e, nesse contexto de insegurança

¹ 2004, Ministério da Saúde - Por que aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?

do trabalhador do campo, os debates deram destaque aos pontos considerados negativos, como a perda de emprego e a falência regional, caso a convenção fosse assinada. Em suma, as forças políticas da região naturalizam essa cultura como a única forma de gerar a reprodução da vida no campo, desconsiderando assim a própria possibilidade que a convenção abre, qual seja: incentivo a substituição do cultivo do fumo e, quiçá, da dependência imposta pelo Sistema Integrado de Produção. O governo federal, no entanto, foi persistente acerca da ratificação, coerente com a liderança mundial que o Brasil tem desenvolvido no campo das restrições ao tabaco. Como muitos apontaram, o Brasil, por possuir uma avançada legislação sobre as restrições ao tabaco, não poderia retroceder em suas decisões e não aprovar o acordo.

Considerando o contexto acima exposto, o objetivo central da pesquisa é analisar as ações efetuadas em uma região de cultivo do tabaco em decorrência da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. A região estudada é o sudeste do Paraná que tem sua economia sustentada basicamente no Sistema Integrado de Produção, cuja empresa central é a Souza Cruz. Para tal empreitada utilizou-se como caso o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) enquanto objeto de estudo.

A perspectiva metodológica utilizada foi o materialismo histórico-dialético no sentido de verificar as contradições presentes na análise do objeto e inerentes ao movimento do real, e a totalidade histórica enquanto categoria epistêmica. O procedimento metodológico adotado para a obtenção do objetivo proposto foi o estudo de caso aliado à pesquisa documental, à observação e às entrevistas com os atores sociais do universo pesquisado. O quadro teórico que baliza as discussões, pela complexidade do estudo, não pode ser resumido a um só tema, deste modo, carecemos explicitar no próximo item algumas considerações sobre o Sistema Integrado de Produção e a Pedagogia da Alternância, tendo em vista que foi por meio da atividade educacional desenvolvida sob o manto da responsabilidade social que o empreendedorismo foi fomentado na região que temia sofrer perdas econômicas em função da Convenção-Quadro. Assim sendo, inicialmente será sucintamente exposto esse quadro teórico, após os procedimentos metodológicos serão descritos, para por fim, nos itens 3 e 4 traçarmos nossas análises do caso e considerações finais. Adiantamos que, durante a exposição das análises, outros autores serão utilizados para auxiliar na compreensão do fenômeno estudado.

2 Referencial básico para entender o caso estudado

2.1 O sistema integrado de produção no Brasil: dados históricos

No dia 25 de abril de 1903, o jovem imigrante português Albino Souza Cruz colocava em funcionamento a primeira máquina do Brasil a produzir cigarros já enrolados em papel. Em 1914, Albino transformou a companhia em uma sociedade anônima, passando o controle acionário ao grupo British American Tobacco², doravante BAT.

Em 1955, a produção de cigarros no Brasil dependia da importação de grande quantidade de tabaco, pois a matéria-prima produzida no país – tabaco Galpão – não possuía a qualidade adequada aos cigarros. A entrada da BAT³ foi uma tentativa de controlar a produção de materiais brutos, introduzindo novos tipos de tabaco necessários à fabricação de cigarros no país, num momento de significativo crescimento do mercado interno. De fato, como identifica Panitz (1954), a produção de cigarros no Brasil cresceu de aproximadamente 15.000 maços em 1911, para 360.000 maços em 1926. O Galpão foi, então, progressivamente substituído pelo chamado *Virginia*, que tinha de secar artificialmente em fornos, ao invés de naturalmente, como era o caso do anterior.

O tabaco tipo *Virginia* e seu processo de produção haviam sido desenvolvidos nos Estados Unidos. Em 1924, a BAT começou a introduzir fertilizantes químicos nas plantações, bem como técnicas de seleção e melhoramento das sementes. A associação de técnicas era especialmente relevante. Os fertilizantes acelerariam a maturação da planta de tabaco, o que produziria folhas mais finas, de coloração mais clara, sendo, deste modo, adequadas à produção de cigarros. Como o ciclo de maturação foi encurtado, o tabaco ficou exposto às forças da natureza e ao clima por menos tempo, e os riscos associados a fatores naturais, tais como vento, chuva e granizo, diminuiriam.

A BAT começava um processo de substituição do velho tabaco Galpão por meio do desenvolvimento de um sistema agroprodutivo, que era necessário ao abastecimento de matérias-primas para suas operações no Rio de Janeiro. Como as inovações foram rapidamente expandidas (em 1924 havia mais ou menos 100 estufas construídas nas

² Pesquisado em 14 de janeiro de 2013 –
http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?opendocumen t&SKN=1>

³ Pesquisado em 14 de janeiro de 2013 –
http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9K2W?opendocumen t&SKN=1

propriedades familiares), a BAT promoveu intensas relações com os agricultores. Na prática, a BAT financiou a infraestrutura necessária à produção do tabaco *Virginia* nas propriedades e se comprometeu em comprar a produção.

A cultura do fumo necessita de inúmeros cuidados especiais, principalmente na época da colheita e secagem e utiliza muitos agrotóxicos que causam impactos no ambiente. Assim, torna-se interessante para a empresa gerir todo o processo de produção, pois dessa forma qualquer insumo que ingresse no processo possui o controle e a validação da Souza Cruz. Por sua vez, dos agricultores adquire força de trabalho comprometida e barata, ou seja, além de mão de obra sem nenhum custo adicional – como férias e décimo terceiro salário –, os agricultores comprometem-se com o processo, afinal estão trabalhando em suas próprias terras, são parceiros do negócio. Terra que, por sinal, se sofrer qualquer impacto consequente do uso de agrotóxicos, será um ônus para o agricultor e não para a empresa, uma vez que a relação SC-Agricultores ocorre por meio da parceria.

Esta nova relação de produção foi chamada por Vogt (1997) de *sistema integrado de produção*. De acordo com ele, o agricultor comprometia-se com a fumageira desde o início da safra. A reprodução deste sistema tinha como consequência o estabelecimento de relações de longo prazo, dentro das quais os agricultores tornavam-se dependentes da fumageira e tinham de entregar sua produção a fim de pagar dívidas associadas à infraestrutura e aos fertilizantes químicos, entre outros materiais, fornecidos pelas empresas. De acordo com o sistema de produção integrada, as novas relações requeriam lealdade: havia um acordo tácito entre as fumageiras, segundo o qual elas não deveriam competir pelo fornecedor de fumo associado à outra fumageira.

Cunha destaca ainda que (2007, p. 174):

Agentes monopolizadores recrudescem a disputa pelos produtores independentes acenando com uma integração que lhes retira a autonomia decisória em troca de uma monetarização da renda que, muitas vezes, esconde processos crescentes de exploração do trabalho destes produtores.

O tabaco é, atualmente, a mais importante cultura agrícola não alimentícia do planeta e contribui substancialmente para as economias de mais de 150 países, ocupando no mundo uma área cultivada de 0,3% com plantações de tabaco⁴. No Brasil, a Souza Cruz S/A possui seis das dez marcas de cigarros mais vendidas e representa 62% dos negócios neste mercado. A empresa exporta anualmente mais de 120 mil toneladas de fumo para mais de 50 países nos cinco continentes. São aproximadamente quarenta mil produtores

⁴ Pesquisado em 15 de setembro de 2012 – <http://www.souzacruz.com.br>

da agricultura familiar integrados nesse sistema produtivo que recebem assistência técnica da companhia. Além da assistência direta à produção, a Souza Cruz desenvolve outros programas de caráter social, por intermédio do Instituto Souza Cruz, dentre esses estão os projetos de capacitação do jovem do campo, fazendo uso, para tanto da pedagogia da alternância enquanto proposta educacional, assunto que abordaremos a seguir.

2.2 A pedagogia da alternância como um método de educação no campo

A Educação do Campo é uma discussão relativamente nova e como afirmam Arroyo et al(2004), uma nova etapa da educação do povo brasileiro do campo, está sendo escrita, refletida e pesquisada. Na perspectiva de Mançano & Molina (2004), a educação do campo tem se constituído como uma das estratégias que pode provocar algumas transformações nesse *locus* porque o resgata, não somente como espaço da produção, mas como território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, enfim, como território de vida.

A Educação do Campo identifica a construção de um projeto educativo que reafirma a importância da ação educativa como forma de humanização e inserção crítica dos sujeitos na sociedade (Caldart, 2004). Ainda, segundo a autora, essa humanização somente pode ocorrer junto com a transformação das circunstâncias sociais desumanizadoras e a partir da assunção dos povos do campo como sujeitos destas transformações. Concebe, assim, uma educação como obra dos sujeitos do campo, “educação do campo como intencionalidade de resistência cultural e também de transformações culturais em vista de uma humanização mais plena” (Caldart, 2004, p. 155). Para alcançar esses objetivos, métodos pedagógicos são desenvolvidos, um deles é o da Pedagogia da Alternância.

O método da Pedagogia da Alternância é um esforço para que a formação dos jovens do campo esteja focada nos sujeitos e não em currículos que vêm prontos somente para serem executados. A Pedagogia da Alternância pressupõe que os programas e currículos sejam pensados em conselhos, com as famílias e com os jovens que vivem do trabalho com a terra. Sendo assim uma relação dialógica com a família, a comunidade e a escola, um diálogo entre o conhecimento acumulado e o saber científico.

Alternância é ritmo, assim como o dia e a noite. E a Pedagogia da Alternância é uma metodologia definida claramente por sua característica específica. Não se trata meramente de uma sucessão de **tempos teóricos** e de **tempos práticos** organizados em um plano didático; mais que isto, representa um processo sustentado por uma estreita conexão ou,

nos termos de Gimonet (2007), por forte interação entre os dois momentos da atividade em todos os níveis do campo educativo.

A pedagogia da alternância desenvolve-se apoiada nos quatro pilares divididos em dois grupos, que são: *os pilares fins* – (i) a formação integral e personalizada (projeto de vida) e (ii) o desenvolvimento do meio (social, econômico, humano, político, ambiental) e *os pilares meios* – (iii) a alternância (uma metodologia apropriada) e a (iv) associação local (famílias, instituições profissionais). Cada um destes tem inter-relação com os demais. Begmani (2006) diz que “A inter-relação dos quatro componentes é fundamental para uma verdadeira alternância em educação”.

Para Silva (2006), enquanto princípio pedagógico, a Alternância significa mais do que característica de sucessões repetidas de sequências, ela objetiva desenvolver na formação dos jovens, situações em que o contexto escolar se posiciona em interação com o mundo que o cerca, procurando conectar mundos considerados opostos, como o universo da escola e o universo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto. A alternância coloca em relação diferentes sujeitos com identidades, preocupações e lógicas também diferenciadas: de um lado, a escola e a lógica da transmissão de saberes e, de outro, a família e a lógica da pequena produção. A formação em alternância contempla em seu interior uma problemática complexa em termos de relações construídas entre o meio escolar e o meio familiar/produtivo.

Como nos diz Pistrak (2000, p. 38):

[...] o trabalho na escola, enquanto base da educação deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil, sem o que perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo se de um lado, à aquisição de algumas normas técnicas e, de outro a procedimentos metodológicos capazes de ilustrar este ou aquele detalhe sistematizado.

Pistrak (2000) ao atentar para o socialmente útil não está se referindo à educação que prepara para a produção de mercadorias, mas de uma escola preocupada com uma formação para o trabalho social e histórico.

O modelo de alternância é adotado no Brasil dentro dos Centros Familiares de Educação por Alternância (Ceffa), recebendo denominações diferentes em cada região: Escola Família Agrícola (EFA), Escolas Comunitárias Rurais (Ecor), Casa Familiar Rural (CFR) que se organizam em três associações – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do

Brasil (Arcafar-Sul), Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Norte e Nordeste (Arcafar-Norte Nordeste).

Estevam (2003) relata que, no país, a Pedagogia da Alternância iniciou na década de 1960, num momento de crise econômica e social. Por influência de um padre Italiano, após discussões com os agricultores e a comunidade em geral, em 1968, foi implantada a primeira Escola Família Agrícola (Efa) no Estado do Espírito Santo.

O segundo movimento de formação por alternância surgiu na década 1980, desvinculado das EFA's. Organizou-se com um vínculo direto do Movimento Internacional Maisons Familiares Rurales - MFR's – sob a orientação de um assessor pedagógico francês. Em 1981 foi implantada uma CFR no Estado de Alagoas e, em 1984, em Riacho das Almas. No Paraná, iniciaram-se as discussões sobre as CFR's, em 1985, com a realização de um Seminário Franco-Brasileiro realizado em Curitiba. Em fevereiro de 1989, iniciaram-se as atividades na primeira Casa Familiar Rural em Barracão. Em 1990, iniciaram-se as atividades no Município de Santo Antônio do Sudoeste, com a instalação da segunda Casa Familiar Rural.

Com a rápida expansão do programa, em 1991, foi criada a Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – Arcafar Sul –, com o intuito de coordenar os trabalhos de implantação, manutenção e acompanhamento dos projetos das CFR's, difundindo e garantindo a proposta de formação através da Pedagogia da Alternância. A sede Arcafar Sul está na cidade de Barracão no estado do Paraná.

Em 2001, iniciou-se a organização do Ceffa's – Centros Familiares de Formação por Alternância, uma organização nacional que congrega as “redes” Unefab e Arcafar's, a fim de somarem lutas comuns por políticas públicas. Uma conquista já foi realizada, qual seja: o Ministério do Desenvolvimento Agrário reconhece a formação pela Alternância como um requisito para os jovens acessarem linhas de crédito, como o Pronaf-jovem. É nesse contexto de expansão e legitimação da Pedagogia da Alternância que o Cedejor é constituído com apoio e sugestão da Souza Cruz, como veremos adiante.

3 Método

A perspectiva metodológica utilizada foi o materialismo histórico-dialético, no sentido de verificar as contradições presentes na análise do objeto e inerentes ao movimento do real, e a totalidade histórica enquanto categoria epistêmica. O

procedimento metodológico adotado para a obtenção do objetivo proposto foi o estudo de caso, valendo-se das técnicas de entrevista semi-estruturada, da observação e da pesquisa documental. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas com os atores sociais do universo pesquisado, utilizando para isso de um roteiro semi-estruturado. A pesquisa foi realizada com cinco entrevistados, sendo o presidente da associação de Guamirim que se tornou sócio fundador do Cedejor (entrevistado 1), um agricultor que atuava na secretaria municipal de agricultura de Irati, que algum tempo depois se tornou presidente do Cedejor (entrevistado 2), uma líder da comunidade de Guamirim que mais tarde tornou-se educadora no Cedejor (entrevistado 3), uma funcionária pública responsável por projetos na prefeitura de Irati (entrevistado 4) e a atual coordenadora do núcleo do Cedejor do Paraná (entrevistado 5). Os sujeitos entrevistados foram selecionados por terem participado ativamente do processo de constituição do Cedejor, bem como por representarem os diferentes grupos envolvidos no projeto. A exceção é a entrevistada 5 que não presenciou a formação e implantação do Centro, mas que traz muitas informações sobre o que o projeto tornou-se com o passar dos anos. Embora eles sejam de grupos distintos, observamos que houve saturação dos dados, pois o relato da história do processo fora descrito sem novas informações pelas últimas pessoas entrevistadas.

As entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados, conforme disponibilidade dos mesmos. Completada a etapa de entrevistas, foram realizadas as transcrições para posterior análise.

Considera-se por documento todo material produzido por indivíduos, instituições etc. de forma independente ao desejo do pesquisador (Corbetta, 2007). Os documentos pesquisados foram: os relatórios anuais de atividades do Instituto Souza Cruz de 2001 a 2010; relatórios de atividades da Souza Cruz 2007 e 2008; atas de reuniões do CEDEJOR até 2004; o Projeto Político Pedagógico do Cedejor elaborado em 2004; e a Unidade Político Metodologia do PJER – elaborada e utilizada no Cedejor. Ademais, foi realizado um levantamento de dados da região, sobre plantadores de fumo e sobre a situação deste tipo de cultura em relação à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, utilizando trabalhos acadêmicos, projetos de órgãos governamentais, revistas e livros. Foram pesquisados e coletados trabalhos científicos e pesquisas que tratam sobre as especificidades da plantação de fumo, sobre os agricultores e sobre as relações

socioeconômicas envolvidas a fim de contextualizar o momento histórico em que as falas dos entrevistados estavam inseridas.

Para além dos documentos mencionados, não podemos desconsiderar que essa análise foi ponderada também pela experiência de uma das pesquisadoras que estabeleceu residência no mesmo local do Cedejor de 2004 a 2008, convivendo com a realidade dos agricultores e sempre dialogando com os mesmos. A pesquisadora fez parte do grupo de implantação do Cedejor nos primeiros anos e manteve contato com os agricultores. O regresso da pesquisadora ao local permitiu a realização de inúmeras observações durante contatos informais que caracterizam os reencontros, essas subsidiaram algumas reflexões, embora não sejam utilizadas como dados primários de análise.

Os dados foram analisados segundo o método da análise de conteúdo e a reconstituição dos fatos permitiu compreender cada aspecto analisado à luz do movimento de totalização.

4 Apresentação e análise de dados

4.1 Instituto Souza Cruz enquanto elo social da empresa Souza Cruz

O Instituto Souza Cruz, doravante ISC, representa o setor de Responsabilidade Social da Souza Cruz, que é subsidiária do grupo BAT. O ISC é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, de abrangência nacional, fundada em julho de 2000, reconhecida pelo Ministério da Justiça como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) (Relatório de atividades ISC, 2001).

O referido instituto desenvolve projetos em quatro áreas: Educação para Valores, para o Meio Ambiente, para o Empreendedorismo e para o Turismo. Daremos destaque ao Projeto Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR) fomentado pelo ISC e efetivado pelo Cedejor.

No relatório de atividades do ISC existe referência ao Cedejor algumas vezes e, mais especificamente, ao próprio programa que o Centro deveria encampar, qual seja: o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural (PEJR), este é lembrado ao se referir aos estudos para futura implantação do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural em Lauro Müller no estado de Santa Catarina (Relatório de atividades ISC, 2001).

O Instituto Souza Cruz diz acreditar que “jovens bem qualificados produzirão inovações na agricultura”. A formação do jovem tende garantir a excelência da produção no futuro próximo, o que permite renda ao agricultor que está habituado a essa cultura, mas também, a diminuição do número de famílias envolvidas no sistema integrado de produção em médio e longo prazo, pois aumentado a qualidade do produto plantado, é possível maior aproveitamento das folhas, aumentando a produtividade por hectare plantado e com um menor número de produtores: eis o aumento da produtividade do trabalho. Lembrando que a Convenção-Quadro prevê a redução da área de cultivo do tabaco, investir na capacitação do jovem do campo pode ser uma estratégia para reduzir a estrutura produtiva vigente, sem reduzir a qualidade e a quantidade do produto.

Ao mesmo tempo em que a Souza Cruz investe em projetos de formação de jovens empreendedores, ela incentiva que o Centro criado pela mesma busque parcerias com o governo, tendo em vista a oportunidade de acesso ao fundo público que o Programa *Apoio à Diversificação Produtiva das Áreas Cultivadas com Fumo* do governo federal estabeleceu, programa que decorre das exigências da Convenção. Retornaremos a discussão sobre a fonte de financiamento dos projetos dos jovens que se formaram empreendedores.

4.2 O CEDEJOR

No relatório de atividades anual de 2001 consta que no mês de julho se deu o lançamento do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural, resultado do esforço do ISC em investir na formação de jovens empreendedores nos territórios rurais em dimensões integradas, fato que reforça a ideia do Cedejor ser um instrumento para operacionalizar o Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural.

Segundo as entrevistas, o processo de discussão a respeito da implantação de um projeto que favoreceria a juventude daquela comunidade iniciou no final do ano de 2000 e contou com a participação dos principais atores sociais da região sendo os mesmos líderes comunitários e pessoas ligadas aos movimentos sociais.

Mais tarde fizemos uma segunda e terceira reunião, reunindo todas as lideranças, os parceiros, e também os que tinham algum envolvimento com juventude. Todas as instituições sabiam que era o Instituto Souza Cruz que estava propondo este evento, foi planejado junto. O Instituto Souza Cruz dizia que pretendia investir na

juventude rural de Irati, nunca ficamos sabendo o porquê de eles quererem investir aqui, em Irati. (Entrevistado 02)

O entrevistado 3 afirma que a comunidade não tinha clareza das intenções do ISC. Que o objetivo era encontrar um espaço para intervenção e não necessariamente atender os anseios da comunidade, pois segundo o entrevistado, a prioridade era o alcance de resultados para a SC.

Nas reuniões a gente não conseguia entender a proposta, acredito que nem o instituto sabia o que estavam buscando, estavam descobrindo alguma coisa para eles terem um projeto social. Algo que desse benefício para eles e que eles pudessem colocar um recurso e ter retorno. Não sei se era benefício financeiro ou era para parte social.

Ademais, como demonstra a fala do entrevistado 1, a comunidade acredita que uma ação desenvolvida pela Souza Cruz, ainda que por intermédio do Instituto, seria benéfico para a comunidade. Isso demonstra que o sistema integrado de produção, mais do que fumo, produz também uma relação de confiança por parte da comunidade para com a empresa.

Sabíamos que era a Souza Cruz que iria bancar a escola, a Souza Cruz eu já conhecia, pois havia um instrutor na época aqui, mas a companhia não tinha comunicado ele na época, passado um ano ou dois daí que ele se inteirou do que era o instituto Souza Cruz. O objetivo deles na época era ajudar uma comunidade. Em palavras simples, na época era do instituto Souza Cruz, mas achávamos que era da Souza Cruz. Só juridicamente é que nos fomos ver que era instituto. O não conhecimento do instituto Souza Cruz, que ninguém conhecia, não relacionava com a escola.

O que pôde se constatar pela análise dos documentos do Cedejor /PR e das entrevistas, é que a gestação do projeto durou quatro anos (2000-2004). Segundo a Entrevistada 2, houve diversas viagens e visitas a outros projetos similares para conhecer as experiências onde o ISC organizou diversas reuniões com vários atores líderes da região, que foram atraídos pela possibilidade de discutir o projeto com o amplo apoio do mesmo.

É destaque no relatório de atividades de 2003:

Um importante passo foi dado em 2003 para consolidar nossa meta de tornar o Instituto Souza Cruz referência no desenvolvimento do jovem rural. Com a extensão do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) ao município de Irati (PR), ampliamos o nosso compromisso de desenvolver o jovem do campo por meio de projetos comunitários, agora territorialmente estabelecidos nos três estados da região Sul, fortalecendo as capacidades locais de organização e liderança (Relatório de atividades do ISC, 2003, p. 03).

Depois de muitas reuniões e com a consultoria do ISC, o Cedejor foi fundado no Paraná. Enquanto as discussões aconteciam, os líderes políticos envolvidos articulavam para promover o desenvolvimento da comunidade do Guamirim, onde a Associação de Agricultores ofereceu o espaço físico para a implantação do Centro. Consta na ata de reunião da Implantação do Cedejor, datada de 29 de dezembro de 2003, que o Senhor W, afirma “o Instituto Souza Cruz se responsabiliza pelo pagamento de água e luz e adequa o espaço com investimentos próprios”.

Na ata de 15 de fevereiro de 2004, é tratado da efetiva constituição do Cedejor de Irati/PR. O Instituto Souza Cruz se preocupou em constituir uma ONG, com estatuto, com conselho comunitário e com a presença de órgãos governamentais para futuras parcerias. Isso está dentro das iniciativas que foram traduzidas em padrões, recomendações, códigos unilaterais e multilaterais que ajudam a compreender e a situar a responsabilidade como tema emergente para as organizações, os documentos das Nações Unidas e seus organismos, como o PNUD.

A ata de 9 de fevereiro de 2004 é encerrada mencionando os próximos passos:

1. Criar a ONG;
2. Criar o Estatuto através de assembleia;
3. Definir os dirigentes;
4. Contratar a equipe executiva;
5. Divulgação e seleção dos jovens;

Em seis dias temos nova ata com a seguinte pauta: Assembleia geral da constituição do Cedejor de Irati. Depois de lida e aprovada a ata anterior, um momento de palavra livre e em seguida iniciam a leitura do Estatuto. Observamos na ata do dia 9 de fevereiro de 2004 a menção de que a criação do Estatuto seria feito em assembleia, menos de uma semana temos o registro de uma reunião para aprovação do Estatuto, que, portanto demonstra não ter sido escrito num processo participativo, com opiniões de todos os envolvidos. O que se evidenciou foi que a comunidade teve o direito de aprovar o estatuto, e o que lemos na ata de 15 de fevereiro de 2004 é uma sequência de lido e aprovado, com apenas alterações que melhoram a interpretação, mas que não questionam ou criticam qualquer parágrafo ou artigo.

A opção pelo processo participativo revela a necessidade do Instituto Souza Cruz de processo democrático em sua construção, simulando como se propusesse a reflexão crítica dos participantes e partilhando o poder para que juntos buscassem construir uma proposta

que atendesse as expectativas dos participantes, ao mesmo tempo em que fosse de acordo com a realidade local.

Para nos ajudar a compreender o que de fato aconteceu neste processo encontramos elucidações que “ceder um pouco de poder aos trabalhadores pode ser um dos melhores meios de aumentar sua sujeição, se isto lhes der a impressão de influir sobre as coisas” (Tragtenberg, 1980 in Motta, 2001, p. 81). Em resumo, no que diz respeito às práticas participacionistas, segundo Tragtenberg (1980), elas são utilizadas como meras ferramentas de gestão, onde o ISC está dentro de uma cultura empresarial e traz para a comunidade o modo de participação que lhe favorece, fazendo com que os envolvidos no processo tenham a ‘sensação’ de participarem, quando na verdade apenas colaboram para legitimar os objetivos do instituto. Afirmamos isso, em função da análise do processo de constituição do Cedejor no Paraná.

Finalizado o processo legal de fundação do Cedejor em dezembro de 2003, em fevereiro de 2004 definiram uma equipe (duas pessoas da Emater, uma da Unicentro⁵ e uma da prefeitura de Irati-PR) para a elaboração do documento que orientaria o processo de formação dos jovens, na época, denominado como Projeto Político-Pedagógico (PPP). Depois os próprios educadores, em seminários de formação interna foram escrevendo e propondo o que viria a se constituir como a Unidade Político-Metodológica (UPM) do Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural do Instituto Souza Cruz.

À medida que as discussões evoluíam, definia-se que o Cedejor seria uma ONG dedicada ao desenvolvimento de atividades educacionais com os jovens da região onde o núcleo estaria localizado, ou seja, atendendo a Missão do ISC. Estas atividades seriam baseadas nos conceitos da Pedagogia da Alternância, uma metodologia pedagógica de origem francesa, e que de acordo com este método, os jovens deveriam ficar durante uma semana inteira no núcleo, período chamado de “alternância”, envolvidos com atividades educacionais teóricas e práticas. As semanas de alternância seriam seguidas de três semanas em que os jovens permaneceriam em suas casas, quando teriam a responsabilidade de socializar o novo conhecimento com o resto de sua família e também de aplicá-lo na propriedade.

⁵ EMATER: Em 1977, através da Lei 6.969, era criada a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Paraná, com a finalidade de absorver as atividades da ACARPA, que iniciou seu processo de extinção. Em 23 de dezembro de 2005, a EMATER tem modificado seu regime jurídico, passando de empresa pública para autarquia, passando a denominar-se Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Unicentro: Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR)

Apesar das amplas discussões anteriores à sua fundação, o Cedejor iniciou suas atividades com a formalização de poucos conceitos básicos, pois o PPP que traria os parâmetros de implementação do programa ainda não estava pronto, mas seria redigido na medida em que o programa educacional fosse sendo implementado.

De acordo com um dos entrevistados:

Quando começou o trabalho de pesquisa para o projeto político pedagógico, fizemos o pré-projeto a ideia da gente era que o Cedejor realmente investisse num público jovem que realmente se empenham. Foram muitas reuniões entre a equipe, nas comunidades, percorremos o município para fazer entrevistas com jovens e famílias para saber o que eles esperavam com uma proposta como o Cedejor.

Quanto ao programa educacional que o centro democraticamente constituído se compromete realizar, temos a proposta de 32 alternâncias em dois anos estruturados em torno de três eixos de conhecimento: humano, técnico e gerencial. Com a base conceitual desenvolvida, os jovens estariam aptos para desenvolver um projeto de vida, a exemplo das Casas Familiares Agrícolas (CFA).

A intenção era que, conforme os jovens desenvolvessem um conhecimento técnico básico e suas competências humanas, eles e elas, avaliariam e discutiriam com a equipe um plano de vida. Assim, a elaboração do projeto era visto como a etapa final de um processo de amadurecimento dos planos dos jovens, que deveria ser discutido pela equipe durante todo o programa educacional. Ao final, se o jovem escolhesse, por exemplo, desenvolver o cultivo de pêssegos ou morangos na propriedade, ele estaria envolvido, durante o eixo gerencial, em levantar dados e verificar a viabilidade do plantio e de sua venda. O objetivo do programa, portanto, é expresso como a capacitação do jovem para empreender na diversificação das culturas, uma exigência da Convenção.

Importante destacar que o projeto de formação de empreendedores realizado pelo Cedejor, com incentivo do ISC, não prevê auxílio financeiro para a efetivação dos projetos desenvolvidos dentro do processo educacional da Pedagogia da Alternância. Embora o grupo de educadores e a comunidade tenham discutido que o dinheiro seria uma dimensão crucial à implantação dos projetos, pois conseguir crédito nas comunidades rurais é algo muito difícil.

Segundo a SC e o ISC, que não aportaram nenhum recurso para financiar os projetos dos jovens, o benefício que o envolvimento na proposta do Cedejor possibilitaria ao educando era o acesso ao Pronaf-Jovem, recurso destinado a qualquer jovem, pelo governo federal, que tenha participado de processos de formação pautados pela pedagogia da

alternância. (O Pronaf-Jovem é uma linha de crédito destinada aos jovens agricultores entre 16 e 29 anos. Para obter os recursos, o interessado deve ter concluído ou estar cursando o último ano em Centros Familiares Rurais de Formação por Alternância ou Escola Técnica Agrícola de nível médio. Também podem participar aqueles que tenham feito curso ou estágio de formação profissional com carga horária superior a 100 horas. O financiamento conta com reembolso de até dez anos, com até três anos de carência, e juros de 1% ao ano⁶). Nesse sentido, caso o jovem deseje empreender em algo distinto da aplicação do apreendido para a qualificação do processo produtivo do fumo, ele necessita recorrer ao Estado. Mais um indício de que capacitar o jovem agricultor, para a SC, é estratégico.

Em face da discussão sobre a necessidade da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, a Souza Cruz aciona seu lado social e, por meio do Instituto Souza Cruz, incentiva a capacitação de jovens para a diversidade produtiva, um dos requisitos da Convenção. Porém é no Estado, ou melhor, no fundo público, que esse jovem terá o apoio para colocar em prática sua vontade de manter-se no campo e dele retirar sua sobrevivência sem a dependência exclusiva da indústria fumageira. E, sem um grande desembolso, o Instituto Souza Cruz, por meio do fomento ao projeto Cedejor, ganha reconhecimento na causa do jovem rural, que é seu foco de atuação.

Durante as três semanas em que o tempo é dedicado ao trabalho na propriedade, os monitores e o coordenador do Cedejor visitariam todos os jovens e suas famílias a fim de conversar e verificar se o novo conhecimento estaria realmente sendo discutido e implementado. Ademais, os monitores discutiram com as famílias assuntos desenvolvidos durante a alternância, tais como as técnicas de gestão para o melhoramento de resultados da propriedade, temas ecológicos ligados à coleta e produção de lixo, conflitos e comunicação dentro da família e da comunidade, todos esses pontos tendem a colaborar para a melhoria da eficiência e eficácia do processo de trabalho na propriedade rural, culminando assim, na melhoria da qualidade do produto.

E temos a afirmativa de que alguns jovens melhoraram o cultivar depois de participarem da formação no CEDEJOR:

Os jovens que passaram pela formação e que continuam plantando fumo são muito bons no que fazem, porque eles aprenderam a diversificar a propriedade e se qualificaram. Tem aqueles que plantavam grande quantidade, mas era de baixa

⁶ Guia de Políticas Públicas de juventude - <http://www.juventude.gov.br/guia/principais-programas-de-juventude/pronaf-jovem> (Pesquisado em 25 de fevereiro de 2013)

qualidade. Melhorou a renda mesmo produzindo fumo. Com a formação que eles tiveram contribuiu para que eles se desenvolvessem.

A fala desse entrevistado confirma, portanto, que o conhecimento adquirido durante o processo formativo, ainda que tivesse como objetivo explícito capacitar jovens rurais para empreender atividades alternativas ao cultivo do tabaco, na prática, observou-se o conhecimento sendo aplicado na especialização da atividade fumageira e não para a sua diversificação.

As visitas familiares eram uma das maiores dimensões das propostas da Pedagogia de Alternância adotada pelo CEDEJOR. Por um lado, percebemos que essa atenção individualizada colaborava para o atendimento da realidade específica de cada família, por outro nos indagamos se essa não é uma estratégia ideológica que busca encobrir novas práticas de exploração, incidindo sobre a criatividade social de uma determinada classe: a questão do ser político, do ser que as práticas das empresas querem subjugar e neutralizar, recorrendo à psicologia, buscando assim reduzir o político ao psicológico (Tragtenberg, 1980). Posto que, com o espaço aberto pela Pedagogia da Alternância, novos técnicos representantes do ideário da Souza Cruz ingressam no âmbito das discussões familiares.

No que diz respeito ao Cedejor, o tempo dos analistas era utilizado basicamente para as definições estratégicas ligadas ao programa, numa interação muito próxima com consultores do ISC e, assim, para desenvolver o processo de formação dos jovens, o CEDEJOR por indicação do Instituto Souza Cruz, adota a Pedagogia da Alternância, método que o Ministério do Desenvolvimento Agrário considera como requisito na formação de jovens rurais que pretendem acessar o Pronaf jovem. Vejamos, na prática, como foi essa experiência.

4.3 A pedagogia da alternância no contexto do CEDEJOR

A metodologia utilizada na experiência educacional do Cedejor foi a Pedagogia da Alternância. Esta metodologia é conhecida como uma alternativa de educação do campo, já que a escola tradicional não tem contemplado as especificidades desse meio (Estevam, 2009). Nos documentos do Centro constam que seu objetivo é incentivar o jovem para a vivência em comunidade, para que desenvolva o espírito associativo e solidário, a consciência de que é possível, por meio de técnicas de produção adequadas, viabilizar uma agricultura familiar sustentável e realizar a diversificação da unidade produtiva.

Para que a Pedagogia da Alternância aconteça é preciso uma integração nos diferentes espaços: escola-família-comunidade, ademais é imprescindível a utilização de instrumentos metodológicos específicos, dos quais os seguintes destacam-se: plano de formação, plano de estudo, temas de estudos, caderno da alternância, visitas de estudo, estágios, visita de acompanhamento familiar, entre outros (Arcafarsul, 2012).

Estes instrumentos descritos acima são considerados fundamentais para que se alcancem os objetivos da formação e, conseqüentemente, o desenvolvimento do meio e do local (Estevam, 2003).

Tendo por base os princípios norteadores da Pedagogia da Alternância, toda a condução do processo de formação tem como fio condutor o Projeto Profissional de Vida do Jovem que acompanhará o estudante desde o início, até o final de sua formação no Centro de formação por alternância. O jovem constrói o seu conhecimento com base em sua própria realidade e aprende a valorizar o meio em que vive (Arcafarsul, 2012).

Ainda que o Cedejor tenha feito todo o trabalho de construção da metodologia do PJER, ele ficou a margem, segundo uma das entrevistas:

Sinto que Cedejor enquanto instituição deixou de crescer, pois sempre estava atrelado ao ISC, aos interesses do ISC. Mesmo o Cedejor criando toda a metodologia do PEJR, falta uma identidade, pois ainda confundem Cedejor com o ISC, ou, até mesmo, com a fumageira Souza cruz. (Entrevistado 5)

Confusão compreensível, pois embora sejam pessoas jurídicas distintas, assim o são justamente para atender uma demanda específica da “grande mãe”. Para exemplificar, temos no relatório de atividades do ISC a referência das atividades realizadas pelo Cedejor.

O programa de atividades do CEDEJOR segue a Pedagogia da Alternância, sistema desenvolvido na França e baseado em períodos intercalados de aprendizagem no campo e na sala de aula. Os jovens passam duas ou três semanas por mês na propriedade dos pais e uma semana na sede do CEDEJOR – a semana de alternância. Monitores e coordenadores fazem visitas às propriedades dos jovens para acompanhar o trabalho no campo. Na semana de alternância, são realizadas atividades com a equipe do CEDEJOR e cursos ou palestras com profissionais trazidos de fora (Relatório de Atividades ISC, 2003, p. 09).

Desse relato é possível também observar que quando o Instituto Souza Cruz menciona a Pedagogia da Alternância no Cedejor, se limita a tratar sobre alternar tempo (núcleo e família) e, nesse caso, reduzir a referida metodologia para tempos alternados, negando o seu intuito original. Nesse sentido, Gimonet (2007, p. 23), afirma que tal metodologia “elaborou-se não através de teorias, mas, antes, pela invenção e

implementação de um instrumental pedagógico que traduzia, nos seus atos, o sentido e os procedimentos da formação”. A Pedagogia da Alternância vai muito além do que o contexto apresentado no Cedejor , principalmente no que se refere aos seus pilares.

A realidade em que o CEDEJOR estava instalado é justamente uma região de grande plantio de fumo e no sistema integrado, onde o impacto do referido programa é direto:

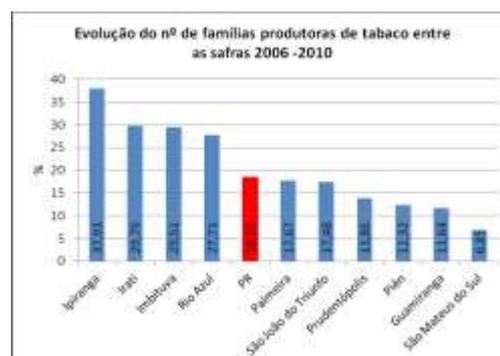
Na semana que estavam no núcleo os jovens estudavam teorias e práticas e trabalhavam em casa o que estudavam no núcleo. Os educadores visitavam as famílias para saber o que o que o jovem estava fazendo e se a família estava entendendo. De modo geral, não entendiam, tinha muita desconfiança. As famílias eram em maioria fumicultores, trabalhavam numa atividade extremamente organizada, que era fácil para eles, era só produzir e entregar, e [a Souza Cruz]buscavam em casa, mesmo que [os produtores] tivessem dívidas, isso sim era confiável. (Entrevistado 3)

Como propor uma mudança da realidade sem efetivamente ofertar as condições materiais para que se pudesse concretizar o sonho dos jovens e atender a Convenção-Quadro? Afinal, não havia um financiamento da Souza Cruz para os projetos, sendo tão somente a viabilidade de acessar o Pronaf-Jovem. Em face disso, nos indagamos, qual então o impacto da ação do Cedejor-ISC-SC nesse período em que o debate político que perpassa o setor é o do cumprimento das diretrizes da Convenção-Quadro? Os dados apresentados abaixo podem permitir reflexões sobre o tema.

4.4 O tabaco no sudeste do Paraná pós-assinatura da convenção-quadro

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco é assinada em 2005 e nas análises de produção de safra do período de 2006/2010, vemos que ao invés de diminuir, a produção aumentou.

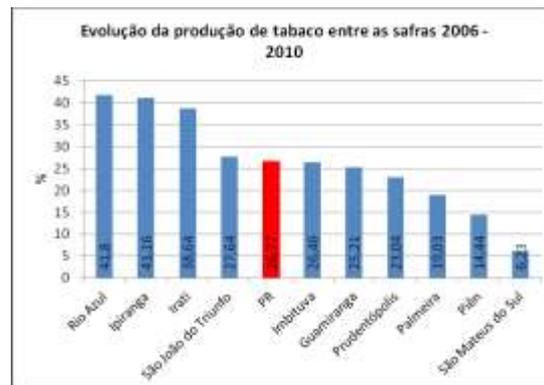
Gráfico 1: Evolução do número de famílias produtoras de tabaco no estado do Paraná entre as safras 2006/2010.



Fonte: AFUBRA (2011)

Observa-se, pelo mapa que na Região de Irati, onde o Cedejor atuou o crescimento foi superior a média estadual. A produção neste intervalo aumentou em 26,77% no Estado; e nos municípios de maior produção: Rio Azul (41,80%), Ipiranga (41,16%), Irati (38,64%) e São Joao do Triunfo (27,64%), a variação na produção foi superior à média do Paraná, ou sejam, são essas regiões que elevam a média do estado.

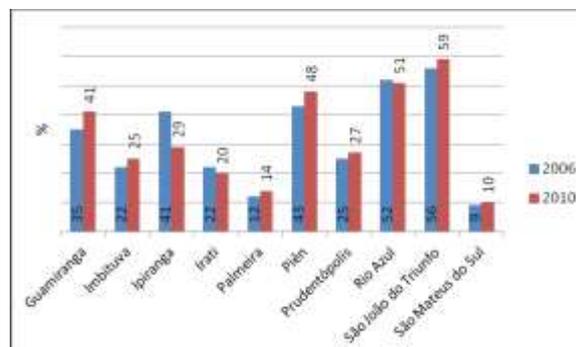
Gráfico 2: Evolução da produção o de tabaco no estado do Paraná, período 2006 a 2010.



Fonte: AFUBRA, 2011

Evidencia-se a dependência das famílias produtoras do tabaco, pelo aumento da área média de plantio da cultura por família que foi de 4,95% e onde a produção em números absolutos aumentou em 6,9% por família. A produção de fumo nestes dez municípios no Paraná é caracterizada como um produto de peso econômico fortíssimo comparando-a em sua composição no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP).

Gráfico 3 – Evolução da participação do tabaco no VBP no estado do Paraná, período 2006 a 2010.



Fonte: SEAB/DERAL, 2011.

Torna-se perceptível a dependência econômica e cultural das famílias produtoras, de certa forma “acomodada” ao *sistema integrado de produção*, considerando o modelo de

integração associado à garantia da comercialização, o que promove a resistência à diversificação, devido à insegurança no retorno econômico, pois segundo a percepção dos agricultores não há outra cultura que possa lhes dar renda como o fumo e ‘garantida’.

A partir das exigências de mercado externo, as fumageiras começam a excluir as famílias produtoras que não atendem as exigências da cadeia produtiva do tabaco, exigindo nesse caso uma maior profissionalização na cadeia de produção do fumo.

No fazer manual, desde a semente até o enfardamento, é necessário um conhecimento técnico, ambiental e gerencial da sua propriedade para atender determinados requisitos. Neste cenário, as empresas fumageiras buscam outras estratégias de defesa e de mercado, uma vez que não é mais possível ficar indiferente aos problemas acarretados pelo consumo do produto final. Agora, as empresas fumageiras necessitam aceitar os riscos e males que seus produtos causam à saúde humana o que torna fundamental desenvolver outras formas de atuar com os consumidores e com a sociedade em geral e, nesse sentido, a indústria fumageira passa a investir na divulgação de ações sociais. Nesse ponto destacamos a Souza Cruz e a forma como ela atuou frente à nova realidade posta pela Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, mediante a constituição de seu Instituto Souza Cruz que determina a constituição do Cedejor.

5 Considerações finais

Conforme já mencionado, a pressão da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco foi para a diminuição da área plantada de fumo. Nesse caso, a atuação da SC objetivava propiciar a qualificação dos jovens do campo, segundo seus parâmetros de qualidade de gestão do empreendimento familiar, assim alguns jovens terão a possibilidade de tornarem-se plantadores de fumo de excelência, ou seja, terão adquirido o aumento da produtividade de suas propriedades o que auxilia o setor fumageiro por duas vias, quais sejam: diminuem a área de plantio e o número de famílias envolvidas com a cadeia produtiva do fumo. Por outro lado, alguns, em médio prazo, serão excluídos, e a esses o Estado é referência de apoio financeiro, graça a ação social da Souza Cruz que colocou à disposição dos jovens os meios de acessar o Pronaf-Jovem – a pedagogia da alternância.

A prática da Pedagogia da Alternância no CEDEJOR do Paraná foi um meio de atender um interesse, qual seja, de ser reconhecido como um dos centros de formação por

alternância⁷, afinal tal proposta metodológica vem se mostrando como a melhor alternativa para a Educação do Campo, estabelecendo uma relação expressiva entre as três agências educativas: família, comunidade e escola⁸. Percebemos que o processo de formação dos jovens no Cedejor Irati não criou, ou organizou nenhuma iniciativa associativista, como prevê um dos pilares fins da Pedagogia da Alternância, o que reforçou a desconfiança das famílias quanto ao tão esperado desenvolvimento da comunidade. Os produtores da comunidade desconfiaram da reconversão produtiva na região: de fato a oferta de uma modalidade de ensino, como a proposta pelo CEDEJOR, que propunha formação para o filho do agricultor, sem que ele precisasse se ausentar por muito tempo de casa e com a elaboração de um projeto de geração de renda para além da necessidade do trabalho com o fumo, era algo que interessava, apesar de que os anos ocupados com a cultura do fumo, aprofundaram e enraizaram resistências culturais e de capacitação técnica à diversificação produtiva. Nesse cenário, como um projeto suscitado pelos jovens filhos de agricultores poderia propor algo melhor? Daí a razão pela qual o Cedejor não fomentou as associações, que poderiam ter grupos de estudos, mostrando também aos pais o que era proposto na formação dos jovens quando estudavam o eixo técnico e gerencial, afinal a realização da diversificação dependeria de todo um conjunto de esforços e ações de outros agentes e instituições, sejam públicos ou privados.

A Pedagogia da Alternância, que deveria ser a estratégia de ação pedagógica apropriada à realidade do campo e à formação integral da pessoa humana, foi usada como um método para ensino do empreendedorismo e viabilizar o acesso do jovem do campo ao fundo público, nesse caso, manifesto no Pronaf. Ademais, o desenvolvimento rural sustentável era apenas dito e não de fato promovido, onde a Pedagogia da Alternância no CEDEJOR se resumia a alternar tempos e seguir a cartilha do empreendedorismo promovida pelo livro “O segredo” de Luísa de Fernando Dolabela.

Portanto questionamos a quem este método atendeu ou beneficiou? Os jovens filhos dos agricultores ou uma empresa com interesses diante da Convenção Quadro de Controle do Tabaco com um plano estratégico desenhado pelo seu instituto?

Conforme pode ser observado pelos relatórios do ISC, a SC beneficiou-se da experiência com o jovem do campo. O ano de 2006 foi um ano de reconhecimento para o

⁷ O CEDEJOR é caracterizado como experiência da Pedagogia da Alternância segundo o parecer CNE/CEB Nº: 1/2006.

⁸ 2006. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. PARECER CNE/CEB Nº: 1/2006. Processo n.º: 23001.000187/2005-50. Relator: Murílio de Avellar Hingel. Aprovado em: 1º/2/2006.

PEJR: em um parecer homologado pelo Conselho Nacional de Educação, publicado no Diário Oficial da União, o programa do Instituto Souza Cruz, implementado em parceria com o Cedejor, foi identificado como uma das experiências referenciais em Pedagogia da Alternância – metodologia de ensino que prevê uma profícua interação entre o momento passado nos núcleos de formação (escolar ou não-escolar) e o período vivido nos meios social e de trabalho, incluindo a unidade familiar de produção e a localidade rural habitada. Destarte, torna-se evidente o uso da Pedagogia da Alternância como um produto de vitrine a ser apresentado para as outras entidades da causa pela educação no campo, formação de jovens e outras iniciativas de desenvolvimento no campo.

Referências

- Beganami, J. B. Pedagogia da Alternância Como Sistema Educativo. *Revista Formação por Alternância*, 2, 2006.
- Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº 1/2006*. Processo n.º: 23001.000187/2005-50. Relator: Murílio de Avellar Hingel. Aprovado em: 1/2/2006.
- Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer (INCA). *Por que aprovar a Convenção-quadro para o controle do tabaco?* Editora Instituto Nacional do Câncer, 2004.
- Caldart, R. S. Elementos para a Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. *Seminário de Educação do Campo: A construção da Identidade da Educação do Campo*. 2004.
- Corbetta, P. *Metodología y Técnicas de Investigación Social*. Mc Graw Hill, 2007.
- Duarte, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2003.
- Gimonet, J. C. *Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFAS*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- Guia de Políticas Públicas de juventude. <http://www.juventude.gov.br/guia/principais-programas-de-juventude/pronaf-jovem>.
- Marx, K.. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- Mészáros, I.. *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- Motta, F. C. P. Maurício Tragtenberg; Desvendando Ideologias. *RAE*, 41, 2001.
- Plano Nacional de Educação. Apresentação de Vital Didonet. Brasília: Editora Plano, 2000.
- Plano Estratégico das Secretarias de Estado da Saúde e a da Agricultura e do Abastecimento para a Reconversão e Diversificação da Produção da Agropecuária em Propriedades que Cultivam Tabaco (2011).
- Queiroz, J. B. de. *Construção das Escolas Famílias Agrícolas no Brasil: ensino médio e educação profissional*. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: Unb, 2004.
- Tragtenberg, M.. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Moraes, 1980.
- Vogt, O. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul - RS (1849-1993)*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1997.



Lúzia Aparecida Alves

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Tuiuti do Paraná (2001). Especialista em Gestão de Assuntos Públicos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná(2004). Mestre pelo Programa de Mestrado Interdisciplinar em Organizações e Desenvolvimento - PMOD da FAE, reconhecido pela CAPES e homologado pelo CNE (Portaria nº 1.919, 03/06/2005). Trabalha como coordenadora pedagógica para o Sistema Positivo de Ensino.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2461611654643904>



Deise Luiza da Silva Ferraz

Doutora, Mestre e Bacharela em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com um período de estágio-doutoral no Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Professora Adjunta no Departamento de Ciências Administrativas do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Cepead na da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora Mineira FAPEMIG. Coordenadora do Núcleo de Estudos Críticos sobre Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho (Nec-GPRT) Pesquisadora dos seguintes grupos de pesquisa: SOCIUS (ISEG/UTL) e Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais (UFPR/CAPES). Líder do grupo de Pesquisa Trama: Trabalho e Marxismo (UFJF/CAPES). Coordenadora de Projetos de Pesquisas financiados por órgãos nacionais de

fomento (CNPq, Capes e Ipea) e por órgãos estaduais (Fapemig). Autora de artigos publicados em livros, congressos e periódicos Qualis. Líder do Tema 05 - Estudos Críticos e Práticas Transformadoras em Organizações da Área de Estudos Organizacionais da ANPAD. Organizadora do livro Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho publicado pela editora Atlas em 2011 e do Livro Gestão de Pessoas: Armadilhas da Organização do Trabalho publicado pela Editora Atlas em 2014. Trabalha de forma interdisciplinar com as seguintes áreas científicas: Administração, Sociologia, Antropologia, Psicologia e Economia Política.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5291366705941686>

Rafael Rodrigo Mueller



Possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2000), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e doutorado em Educação pela UFSC (2010). Atua principalmente nos seguintes campos de estudos: Ciência, Tecnologia & Sociedade, Teoria das Organizações e Sociologia das Organizações. É professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) e coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Trabalho e Educação (NIETE/CNPq) bem como pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Socioeconômico, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC/CNPq).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6298676679523246>